

**ANAIS DO II COLÓQUIO DO LAHES:
MICRO HISTÓRIA E OS CAMINHOS DA
HISTÓRIA SOCIAL**

Comissão Organizadora:

Prof^a Dr^a Carla Maria Carvalho de Almeida (UFJF)

Prof^o Dr Cássio Fernandes (UFJF)

Prof^a Dr^a Mônica Ribeiro de Oliveira (UFJF)

Prof^a Dr^a Sônia Maria de Souza (UFJF)

Promoção:

Laboratório de História Econômica e Social

Programa de Pós-graduação em História da UFJF

Apoio:

Pró-Reitoria de Pesquisa

Instituto de Ciências Humanas

FAPEMIG

CAPES

Editoração:

Bianca Portes de Castro

Ficha Catalográfica:

II Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social (2008: Juiz de Fora, MG). Micro História e os caminhos da História Social: Anais / II Colóquio do LAHES; Carla Maria Carvalho de Almeida, Mônica Ribeiro de Oliveira, Sônia Maria de Souza, Cássio Fernandes, organizadores. Juiz de Fora: Clio Edições, 2008, <http://www.lahes.ufjf.br>.

ISBN: 978-85-88532-29-8

1. História 2. História Econômica e Social. I. Carla Maria Carvalho de Almeida. II. Mônica Ribeiro de Oliveira. III. Sônia Maria de Souza. IV. Cássio Fernandes.

IDENTIFICAÇÕES: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS ENTRE OS PRESOS POLÍTICOS DA DITADURA MILITAR

Flávia Maria Franchini Ribeiro*

Considerações Iniciais

A história social foi difundida no Brasil até pouco tempo atrás associada, principalmente, a campos de pesquisa relacionados à história da família, história do trabalho e a história do Brasil colonial e da escravidão.¹ No entanto, fica difícil delimitarmos temáticas específicas relativas a essa área que congregue, dessa maneira, problemáticas e metodologias específicas, se considerarmos as transformações ocorridas na historiografia no último século e as trocas interdisciplinares que têm influenciado a história em décadas mais recentes.

Abordar essas transformações nos faz remeter inevitavelmente ao movimento dos *Annales*, cujas assertivas em contraposição à historiografia tradicional, dominante no século XIX, possibilitaram a preocupação com uma história-problema voltada para as relações do homem na sociedade.² Tal concepção tornou-se presente no campo historiográfico a ponto da historiadora Hebe Castro questionar em artigo sobre o tema para a obra *Domínios da História*, organizada por Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas, se de fato existiria uma história social, visto que “todos os níveis de abordagem estão inscritos no social e se interligam”.³

Se tomarmos emprestadas as considerações da historiadora, quanto à evolução dessa área na disciplina, que ocorreu permeada por idas e vindas, é inevitável ressaltarmos a contribuição do enfoque da pesquisa sobre o social para a própria disciplina histórica. De fato, outras áreas hoje são fortemente influenciadas por essa “revolução”, sendo que a própria história política - dominante nos Novecentos, e cujas formas de abordagem foram alvo dos *Annales* - atualmente possui reflexos desse movimento no que se convencionou chamar a nova história política.

* Mestre em História, Cultura e Poder pela UFJF. E-mail: f-franchini@uol.com.br.

¹ CASTRO, Hebe. História Social. IN: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, pp. 45-59. p. 55 e sucessivas.

² Idem. Ibidem, pp. 45-46.

³ Idem. Ibidem, p. 45.

Portanto, afirma René Remond que “se o político deve explicar-se antes de tudo pelo político, há também no político mais que o político”, isso porque o político é um fenômeno associado a diversos aspectos da vida coletiva sendo, com efeito, “uma modalidade da prática da vida social”, define.⁴ A partir de constatações semelhantes, Hebe Castro aponta o novo perfil da história política, que parte desse diálogo com abordagens relativas ao campo social: “Atualmente, mesmo a história política, até mais recentemente atrelada a uma abordagem tradicional, passa a fazer parte do campo de atuação desta história-problema, como dimensão específica da vida em sociedade”.⁵

E é justamente sobre essa influência que propomos o presente trabalho, ao vincularmos um tema do político a metodologias e problemáticas que poderiam estar relacionadas mais especificamente ao campo da história social. Pretendemos realizar algumas reflexões relativas à construção de identidades dos presos políticos da Ditadura Militar, regime autoritário que vigorou no Brasil, a partir do golpe civil-militar de 1964, até 1985. O objeto de nossa abordagem, presos políticos, insere-se quanto à construção de suas identidades, numa fase anterior ao período do cárcere, quando é formada uma identificação plural contrastiva entre setores que se organizaram nas mais variadas formas de oposição aos governos militares. Dessa maneira, devemos ressaltar, esse conceito é ditado pela repressão e assumido pelas vítimas do regime, mas apresenta-se complexo, pois ao mesmo tempo em que não envolve todos os detidos, abrange indivíduos que vivenciam o processo de identificação mas adotam posições heterogêneas, e até mesmo conflitantes, relacionadas a assuntos políticos.

Nossa opção por trabalhar a curta duração, o período relacionado ao volume de prisões no final dos anos 60 e início dos 70, possibilita-nos abordar detidamente aspectos dessas interações que perpassam três fases relativas aos presos políticos, ou seja, a militância, a prisão e o período de liberdade, embora estas não se caracterizem por acontecimentos lineares. A freqüente referência ao presídio político de Juiz de Fora (MG) justifica-se por este tema ter se constituído em objeto de nossa pesquisa de Mestrado, embora esse não seja o único presídio retratado neste trabalho, pois utilizamos como fonte principal para nosso estudo a memorialística dos presos políticos. Portanto, dissertaremos sobre esses elementos que envolvem, no processo de identificação entre os presos políticos, fatores de convergência

⁴ RÉMOND, René. “Uma História Presente”. IN: RÉMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996. pp. 13-36. pp. 35-36.

⁵ CASTRO, H. op. cit., p. 46.

e divergência, amparados na influência sobre a história social a partir dos anos 1960. Embasada no diálogo com a antropologia, essa abordagem trabalha a construção de identidades sociais e as relações que estas propiciam, sob um enfoque sociocultural.

Com a contribuição desse intercâmbio, torna-se possível trabalhar o tema a partir da compreensão de sujeitos e grupos históricos que adotaram posturas políticas que se refletiram no convívio social dentro do cárcere.

Imposições

Segundo definição jurídica, preso político é aquele indivíduo responsabilizado por crime político.⁶ Esta definição surge no final do século XVIII amparada pelo pensamento racional e em substituição ao crime de lesa-majestade. Diante da falência dos regimes absolutistas, os crimes desse teor passavam a serem praticados contra a nação.⁷ Por sua vez, esses se caracterizam como “toda ação subversiva, inspirada em propósito elevado e nobre, que vise ao bem do coletivo, ou da pátria, e de que resulte violação da segurança das instituições nacionais, ou da ordem social ou pública, alcançando direta e especificamente a organização política do Estado, representado por qualquer dos órgãos que o integram.”⁸

Durante o período da Ditadura Militar brasileira eram considerados culpados de crime político os indivíduos acusados de violarem a Segurança Nacional, segundo a concepção da doutrina que propunha a ameaça representada pelo “inimigo interno”, exacerbada durante o período de Guerra Fria. Mas suas origens são mais remotas. Segundo Maria Celina D’Araújo, o tema passou a ser abordado nacionalmente com a criação da Escola Superior de Guerra, em 1939, e desde então foi objeto de forte militarização. Essa tendência torna-se mais evidente na década de 1930 e, especialmente, com a Lei de Segurança Nacional aprovada pelo Congresso Nacional em 1935, como reação a movimentos opositores a Getúlio Vargas, como a ALN – Aliança Libertadora Nacional. Assim, a perseguição ao comunismo se delineava como

⁶ NUNES, Pedro. *Dicionário de Tecnologia Jurídica*. São Paulo: Freitas Bastos, vol. 1. Apud: SÁ, Geraldo Ribeiro de. *O prisioneiro: um processo de qualificação e requalificação*. São Paulo: PUC, 1990, (Tese de Doutorado), p. 360.

⁷ SOTO, Maria Cristina Martinez. “Crime Político, Crime Comum: leituras cruzadas”. IN: *Seminários: Crime, criminalidade e repressão no Brasil República*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, novembro de 2002, n. 1, pp. 09 e 12.

⁸ NUNES, P. Apud: op. cit., p. 360.

finalidade de perseguição ao “inimigo interno”,⁹ tendo sido este considerado a maior ameaça já no contexto do embate entre os blocos hegemônicos, capitalista e socialista, durante as mais de duas décadas do regime militar.

Nesse período estaria em vigor a LSN de 1953, que definia os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social,¹⁰ alvo de longo debate entre os parlamentares, segundo a autora, mas que sofreria novas modificações e inserções ao longo da Ditadura, em reações semelhantes ao período de sua criação. Segundo D’Araújo: “Isso evidencia como em momentos de autoritarismo, as leis de segurança nacional passam por mudanças e detalhismos que apontam para questões de momento.”¹¹ Em 1967 uma nova mudança instituída com o Decreto-Lei de Segurança Nacional 314 destacou a preservação da segurança contra a “guerra psicológica adversa e a guerra revolucionária ou subversiva” com medidas repressivas.¹² A partir de então, relatava os casos possíveis de pena definindo o perfil do inimigo a ser combatido. Devemos ressaltar que desde 1966, com o Ato Institucional nº 2, a Justiça Militar adquirira amplos poderes para enquadrar civis por crimes contra a segurança nacional. Essa manobra tornou-se mais eficaz após 1968, com o AI-5, quando foi extinto o direito de *habeas corpus*,¹³ entre outras arbitrariedades advindas com o Ato.

A ditadura militar então construía para si uma identidade trabalhada enquanto memória oficial, de caráter revolucionário e contrário à subversão, que se apresentava em oposição aos grupos de esquerda que contestam o regime militar, ao adotar o discurso de combate ao “perigo vermelho”, o comunismo, reforçando a justificativa ideológica do golpe de 1964. Essa ameaça tornava-se o pretexto para fortes medidas repressivas que afetavam os campos social e político. Ao mesmo tempo, a repressão política impunha aos indivíduos enquadrados nessa acusação a alcunha de comunista, enquanto indiretamente contribuía para forjar uma identidade que marcava a união desses setores perseguidos, quando presos políticos. Revendo as memórias de vários presos daquele período é possível observar que nem todos possuíam o ideal revolucionário de instituição de um regime socialista, sendo o caso

⁹ D’ARAÚJO, Maria Celina. *Justiça Militar, segurança social e tribunais de exceção*. Caxambu: XXX Encontro Anual da ANPOCS, 2006. (Grupo de Trabalho 08 – Forças Armadas, Estado e sociedade), pp. 2 e 5.

¹⁰ LEI 1.802 (5 de janeiro de 1953). IN: BICUDO, Hélio. *Segurança Nacional ou Submissão*. Petrópolis: Paz e Terra, 1984, p. 174.

¹¹ D’ARAÚJO, M. C. op. cit., p. 13.

¹² Decreto-Lei n. 314, de 13 de março de 1967. Capítulo I, Artigo 3º. IN: BICUDO, op. cit., pp. 154-155.

¹³ GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987, pp. 162-165.

mais conhecido o do jornalista Vladimir Herzog, morto nas dependências do DOI-CODI paulista em 1975.¹⁴

A prática persecutória que visava ao combate do comunismo, implementada com o auxílio da repressão política de caráter policial e reforçada nos tribunais militares se renovaria para impedir possibilidades de brechas contra a segurança nacional, conforme já apontado por Maria Celina D'Araújo sobre governos de caráter autoritário. Em 1969, com o Decreto-Lei 898, os crimes desse tipo enquadrariam indivíduos que não atuavam necessariamente com intenções políticas. A LSN passava a caracterizar todo o tipo de assalto à banco como crime contra a segurança nacional, numa reação às ações armadas promovidas por organizações político-militares de esquerda. Os cárceres de presos políticos passaram então a receber “Os Lei de Segurança”,¹⁵ presos comuns acusados de assaltos a bancos. Um famoso assaltante nas imediações da IV Região Militar, Dino Valesi, foi encaminhado para a detenção no presídio político de Juiz de Fora, a Penitenciária Regional de Linhares,¹⁶ enquanto seu processo corria na 4ª Circunscrição Judiciária Militar, localizada na cidade. Esse fenômeno propiciou o convívio de diferentes valores, cujo efeito mais conhecido foi o contato entre presos comuns e presos políticos no Instituto Penal Cândido Mendes, em Ilha Grande (RJ), originando a Falange Vermelha.¹⁷

¹⁴ A título de ilustração citamos o caso do sindicalista Clodesmith Riani, um dos maiores alvos da perseguição política empreendida na IV Região Militar pela ligação de seu nome ao sindicalismo e ao legado do governo de João Goulart. Sobre Clodesmith Riani, ver: PAULA, Hilda Rezende e CAMPOS, Nilo de Araújo (Orgs.). *Clodesmidt Riani: Trajetória*. Juiz de Fora: Funalfa Edições e Editora UFJF, 2005. Em 3 de abril de 1964, Riani escreveu em carta endereçada à esposa: “Norma, a única coisa que reclamo é da injustiça de querer nos tratar como agitador ou comunista. Eu nunca fui, não sou e nem serei comunista, jamais. Sou católico por convicção, sou democrata por instinto, sou lutador das causas sindicais e trabalhistas por ideal e felizes daqueles que têm um ideal para lutar e defender.”, pp. 321-322.

¹⁵ BORGES, André. *Da Ilha Grande ao Poder - Trajetória de um revolucionário que passou 21 anos no cárcere*. Rio de Janeiro: Contemporânea, 1984. Apud SÁ, Geraldo Ribeiro de. op. cit., p. 366.

¹⁶ “São 17 processos contra Dino Valesi”. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, 03/10/1972, p. 06.

¹⁷ AMORIM, Carlos. *Comando Vermelho - a história secreta do crime organizado*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1993, passim.

Identificações

A construção de identidades políticas nasce em oposição a algum paradigma. É a representação de novas identidades, fruto da hibridização de valores antigos com os seus questionamentos, que é constantemente reivindicada “com empenho e fervor”.¹⁸ A “identidade contrastiva”, que se origina dessa oposição, possibilita que um grupo se identifique em contraposição ao outro.¹⁹ Essa identificação é também assegurada por um tipo de ideologia, que contribui para a “solidariedade ligando identidades comuns em vida, ação e criação conjuntas”.²⁰

Os presos políticos da ditadura militar se caracterizam pela partilha de determinados códigos expressos, em grande medida, pelo contexto que forjara sua situação para o Estado. A crescente onda de movimentos anti-coloniais no pós-guerra, a Revolução Cubana, a reação dos vietnamitas perante a potência militar dos Estados Unidos da América eram, na visão das esquerdas brasileiras dos anos 60, modelos de resistência e de luta contra o imperialismo opressor que inspiraram o pipocar de grupos políticos de esquerda que consideravam inevitável o advento do socialismo, impulsionado por uma “vanguarda revolucionária”.²¹ Eles seguiam em seus projetos segundo o ideal de transformação, inspirados no “homem novo” proposto por Che Guevara. O “homem novo” era o resultado de um árduo processo de transição da sociedade capitalista para a socialista, e somente poderia existir nessa nova realidade, a partir da educação e da conscientização dos membros da sociedade enquanto elementos de um corpo orgânico, onde a execração dos valores capitalistas estava sintetizada na superação do homem-mercadoria pelo homem verdadeiramente livre.²²

Essa proposta impulsionou vários membros das esquerdas nacionais nos anos 60 e 70, a maioria jovem, que animada por um desejo de transformação radical da sociedade, assumiu para si o dever de realizá-la. Uma busca pela superação dos problemas da sociedade global,²³ representados em suas concepções pelo imperialismo norte-americano e os latifúndios e institucionalizados na Ditadura Militar, devido a uma estagnação econômica que seria para as

¹⁸ RAJAGLOPAN, K. A construção de identidades e a política de representação. IN: FERREIRA, Lúcia M. A. e ORRICO, Evelyn G. D. *Linguagem, Identidade e Memória Social*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, pp. 84-86.

¹⁹ OLIVEIRA, Roberto C. *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo: Pioneira, 1976, p. 05

²⁰ OLIVEIRA, R. C. op. cit., p. 06.

²¹ RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora Unesp, 1993, p. 54.

²² Guevara, Ernesto Che. A Formação do Homem Novo. IN: *O Socialismo e o Homem Novo*. Jornalivro. Ano VI, julho/1986, n. 10.

²³ BERNSTEIN, Serge. A Cultura Política. IN: RIOUX, J. P. e SIRINELLI, J. F. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1988, p. 353.

esquerdas, a consequência de um regime antidemocrático.²⁴ Por seu turno, a aceitação e até o apoio dos Estados Unidos ao surgimento de regimes totalitários na América Latina incentivava essa associação. Nesse sentido, a identidade do militante forjava-se dentro de uma cultura global revolucionária em que nações oprimidas se rebelavam com resultados vitoriosos contra o inimigo das esquerdas: o sistema capitalista representado pelo imperialismo norte-americano. Isso significa afirmar que as posturas assumidas pelo grupo que contestava a Ditadura Militar, e todos os valores que ela implicava, foi o produto de um contexto histórico específico, onde o ideal revolucionário, ou anti-revolucionário, predominou em todas as instâncias.

Logo após o golpe de 1964, o inimigo interno foi relacionado àqueles setores da sociedade identificados com o governo deposto. Principalmente militares, políticos e líderes sindicais considerados subversivos foram detidos pelas Forças Armadas quando apenas deflagrado o movimento de 31 de março. Mas com o incremento das manifestações estudantis, o perfil do inimigo moldava-se principalmente segundo o dos estudantes da classe média brasileira, coincidindo também com a fase de maior repressão. Neste contexto, grupos de oposição ao regime passaram a atuar com maior intensidade a partir de 1968 visando à derrubada dos governos militares quando após as grandes manifestações de massa e confrontos entre o movimento estudantil e a polícia, os jovens imergiram em massa na luta armada. Segundo o Projeto Brasil Nunca Mais, 38,9% das pessoas citadas nos processos da Justiça Militar eram menores de 25, e até mesmo de 18 anos. O material ainda revelou a predominância de moradia nas cidades, enfatizando que “a resistência foi um fenômeno predominantemente urbano”, embora a maior parte dos estudantes não fosse nascida nas capitais. Referiu-se também à maioria dos indiciados, nos processos estudados, oriundos da classe média, com um número significativo de universitários.²⁵

O liame ideológico desses militantes de esquerda em fins dos anos 60 estava relacionado com as teorias nacionalistas e rebeldes de transformação do Estado segundo concepções marxistas. Assim o grupo assumia os mesmos códigos segundo interpretações comuns do contexto vigente, baseadas em obras de referência. Havia neles “uma leitura comum e normativa do passado histórico”²⁶ como injusto e excludente. Adotavam os mesmos referenciais teóricos, portanto, além dos textos de Guevara, Li-Bom e Régis Debray, liam

²⁴ RIDENTI, M. *O Fantasma da Revolução Brasileira*, op. cit., p. 54.

²⁵ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil Nunca Mais*. Petrópolis: Ed. Vozes, s/d, pp. 85-86.

²⁶ BERSTEIN, S. op. cit., p. 351.

Caio Prado Jr., Octavio Ianni, Celso Furtado e assistiam a Glauber Rocha.²⁷ O mote estava na negação dos valores daquela época. Negava-se tudo inspirados numa ótica de superação de um modelo fadado ao fracasso. Negava-se até mesmo o histórico partido brasileiro de esquerda, o PCB, acusado de imobilismo e apatia perante o processo implementado pelo golpe militar de 1964.²⁸ Na opinião de vários setores que aderiram à luta armada era necessária a revolução socialista segundo uma concepção militarista, influenciada pelo modelo da Revolução Cultural chinesa, ou foquista com base nos textos de Guevara e Regis Debray.²⁹ O “homem novo”, elemento impulsionador do processo revolucionário, viria do povo e teria sua origem no meio rural. Portanto, a guerrilha seria deflagrada nas áreas rurais e se espalharia contagiando a população urbana. Paralelamente à guerrilha rural, os militantes do final dos anos 60 e início da década de 70, realizariam expropriações nas cidades com o objetivo de reunir financiamento para os treinamentos. Com o tempo, estas ações adquiriram o caráter de propaganda de um projeto revolucionário de esquerda.³⁰

É patente nos grupos, que assumiram um projeto de transformação da sociedade brasileira, a ser desencadeado pela luta armada, uma disputa pelo papel de vanguarda revolucionária. Porém, apesar das divergências, possuíam em comum, inclusive com o Partidão, segundo Marcelo Ridenti, uma análise “etapista” da revolução. No entanto, essa identidade construída para si e posteriormente assumida pelo grupo de presos políticos enquadra-se em duas disparidades segundo sua imagem entre as coletividades, ou seja, a oposição “revolucionário popular” e “terrorista”, esta última trabalhada oficialmente pelo regime. A identificação dos grupos de esquerda enquanto vanguarda revolucionária, ainda no período da militância, não foi incorporada pela sociedade, cabendo a esses, um progressivo isolamento das massas populares, que por sua vez, estavam acudadas pelo sistema. Ao mesmo tempo, no período dos embates mais violentos, a população brasileira estava impressionada com os resultados do Milagre Econômico. Esses efeitos foram visíveis justamente durante o governo Médici, auge da repressão política. De fato, a própria sociedade apoiou a intervenção militar de 1964, amedrontada com a ameaça subversiva que os setores conservadores

²⁷ GORENDER, J. op. cit., p. 88 e 92.

²⁸ RIDENTI, M. *O Fantasma da Revolução Brasileira*, op. cit., p. 64.

²⁹ GORENDER, J. op. cit., p. 83.

³⁰ RIDENTI, M. *Em busca do povo brasileiro: artistas da Revolução, do CPC à era da tv*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2000, p. 24.

identificavam com a esquerda brasileira e com o governo de João Goulart no início da década de 1960.³¹

Convergências

Com a intensa perseguição pelos órgãos oficiais dos militantes que atuavam contra a ditadura brasileira, vários deles sucumbiram nas prisões, quando então assumiram a identidade de preso político pautada nas construções do período anterior ao das prisões, mas que muitas vezes se refletiram em ações manifestas no cárcere. Roberto Oliveira caracteriza esse tipo de processo como mecanismos de identificação assumidos a partir da identidade em processo.³² Apesar das tentativas do regime militar em colocar na mesma situação presos comuns e presos políticos, estes recorreram com frequência a essa distinção. Em um dos primeiros livros publicados sobre as vítimas da repressão,³³ com as cartas escritas enquanto preso político, Frei Betto enfatizava em sua correspondência a sua posição de preso político. Essa nomenclatura apareceu inclusive como fator de distinção com a sua transferência para a Penitenciária Presidente Wenceslau (SP), em 1972, quando afirmou serem seis os presos políticos entre os quatrocentos presos comuns.³⁴

Na Penitenciária Regional de Juiz de Fora, Gilney Amorin Viana e seus companheiros de prisão também se posicionaram explicitamente como presos políticos. E adotaram posturas para marcarem essa identificação, conforme as memórias de sua mãe: “O problema é que era difícil contentá-los politicamente. Eles eram muito radicais e exigiam da gente que não falássemos, não negociássemos, não aceitássemos nada fora daquilo que eles próprios estavam pedindo, ou exigindo”.³⁵ Outro encarcerado neste mesmo presídio, quando colocado numa ala de presos comuns em que teria acesso a maior conforto, por influência de um tio, vizinho do diretor da Penitenciária, exigiu ser levado para perto dos presos políticos,

³¹ Citamos a título de exemplo a manchete do jornal *Diário da Tarde*, de 04/04/1964, que dizia: “Minas mais uma vez sai em defesa da liberdade restituindo ao Brasil, em 36 hs., a paz e a democracia”.

³² OLIVEIRA, R. C. op. cit., p. 05.

³³ FREI BETTO. *Cartas da Prisão*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1978, passim.

³⁴ Idem. Ibidem, p. 181.

³⁵ VIANA, Gilney Amorim. *Glória: Mãe de Preso Político*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 95.

submetidos a maiores disciplina e rigor carcerário: “Eu não aceitei. Eu não aceitei porque eu queria ir pra onde estavam os presos políticos.”³⁶

Estes e tantos outros brasileiros protagonizaram um dos períodos de maior embate entre alguns setores sociais e as Forças Armadas. Por contestarem o regime visando, em alguns casos, a sua substituição por outro, foram vítimas da “avalancha de prisões”,³⁷ após o AI-5. Alguns eram sobreviventes do terror característico da fase de interrogatórios, marcada pela tortura geralmente praticada pelos órgãos repressivos imediatamente após a prisão. Nessa etapa, onde se “expremia o preso até o bagaço, para retirar todo o suco”,³⁸ segundo metáfora expressa por um ex-militante interrogado em São Paulo e em Minas Gerais, o detido, então “desaparecido”, estava totalmente vulnerável aos desmandos da polícia política. De uma forma sintética, no momento em que as informações arrancadas dos presos eram consideradas satisfatórias – muitas delas confissões falsas forçadas pela tortura –, a prisão era comunicada à Justiça Militar. Nesse momento, os presos sofreriam novos interrogatórios, numa fase menos arbitrária, e passariam de instituições próprias para o interrogatório, onde as torturas eram rotina, para locais onde ficariam reclusos aguardando o processo e o julgamento, ou cumprindo pena.

Os presos políticos vítimas da tortura ou tomados pelo medo devido às ameaças dos órgãos repressivos sofriam com a debilidade causada pela situação a que estavam submetidos, quando expostos aos inquisidores. Muitos ainda foram deixados em solitárias como forma de tortura, destituindo-os de qualquer possibilidade de convívio social, visando a anular os vínculos que atuaram na construção de sua identidade. No entanto, o menor contato entre esses detidos reforçava o processo de identificação como presos políticos, o que lhes facilitava impedir a degeneração face aos abusos cometidos, devido a uma rede de solidariedade mútua criada. Essa possibilidade se expressava pela própria disciplina militante característica da formação da maioria desses sujeitos que manifestavam no espaço de convívio, limitado pela repressão, certas atitudes defendidas em sociedade, como proposta de transformação do paradigma da sociedade onde estavam inseridos.

Os presos políticos que chegavam aos presídios, a maioria deles debilitados pelas torturas já sofridas, mesmo isolados, eram convocados a integrarem o grupo pela prática de códigos partilhados entre eles enquanto ainda eram militantes ou praticavam a oposição ao

³⁶ Depoimento de J.S.F.

³⁷ GORENDER, J. op. cit., p. 245.

³⁸ Depoimento de J.A.

regime. Em Juiz de Fora, os presos que chegavam à Penitenciária Regional de Linhares eram colocados na cela localizada numa ala afastada dos demais. Por meio de uma comunicação interna os detentos no presídio descobriam a entrada de novos companheiros e saudavam os ingressos, facilitando a identificação. Um dos presos políticos de Linhares revelou-nos, sob forte emoção, o impacto causado pelo canto *A Internacional* entoado pelos outros detidos, quando ele e vários companheiros de organização ingressaram na Penitenciária. Segundo suas memórias, esse grupo foi isolado do contato com os demais presos políticos – ação rotineira no presídio -, e portanto não sabiam o que lhes aconteceria, estando abalados psicologicamente. Porém, ao entardecer, todos os presos políticos ali presentes iniciaram a cantoria, elemento de identificação entre os presentes com os recém-chegados: “um negócio que só quem viu e sentiu é que pode dimensionar”.³⁹ Seu relato, no entanto, não foi exclusivo. Outros presos políticos fizeram referência à mesma prática em situações semelhantes, ou em outras ocasiões como a chegada de um ano novo ou em momentos de protesto contra a administração carcerária.

A união do grupo, enquanto portador de uma identidade coletiva, era então expressa simbolicamente pelo rito, “unidade do mundo para o homem sensível ao desgaste do tempo e ao funcionamento dos lugares”, ao permitir a retomada das origens do processo como reafirmação.⁴⁰ Funcionava como o instrumento para enquadrar várias culturas no contexto de um grupo evitando a dispersão, visto que era dirigido a todos aqueles, vítimas da repressão política, na medida em que reafirmava as condutas políticas em freqüente referência com a realidade. Os detentores dos códigos que permitiam a compreensão dessa mensagem, seguiam uma “leitura comum e normativa do passado histórico com conotação positiva ou negativa (...)” expressos em “um discurso codificado em que o vocabulário utilizado, as palavras-chave, as fórmulas repetitivas são portadoras de significação, enquanto ritos e símbolos desempenham (...) o mesmo papel significante”.⁴¹ Por isso o freqüente recurso à canção *A Internacional*, cantada nos presídios em diversas situações: para se comemorar datas importantes, na entrada ou na saída de presos ou para protestar contra a administração carcerária, embora esta não fosse a única manifestação em grupo.

Uma cena semelhante ao relato da entrada no presídio de Juiz de Fora é apresentada na longa-metragem *Quase dois irmãos*, de Lúcia Murat,⁴² que retrata o convívio dos presos

³⁹ Depoimento de L.F.R.T.R.

⁴⁰ RIVIÈRE, Claude. *As liturgias políticas*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1989, p. 167.

⁴¹ BERNSTEIN, S. op. cit., pp. 350-353.

⁴² *Quase dois irmãos*. Direção de Lúcia Murat. Taiga Filmes e Vídeo, 2004. DVD, son., col. Port.

em Ilha Grande durante a Ditadura. A entrada de novos presos na galeria do presídio é recebida com aplausos pelos demais presos políticos. O ritual é positivamente respondido por um dos recém-chegados, Jorginho, que no caso é um preso comum, um entre “Os Lei de Segurança”. Numa reação automática, o guarda espanca o preso exigindo o seu silêncio numa manifestação que não era direcionada a ele. Interessante observarmos aqui que a repressão reconhecia e tolerava determinados códigos partilhados especificamente entre os presos políticos, desde que estes não subvertissem a ordem carcerária. No entanto, esses ritos constituíam-se no processo de identificação do grupo no cárcere que caracterizava a convocação para organizações futuras na prisão, não somente porque os presos eram membros do grupo de presos políticos, mas também porque assumiam para si essa identidade, atuando de maneira a negar a intenção disciplinar dos órgãos onde estavam detidos.

Em sistemas totalitários a coesão entre os membros de um determinado grupo poderá existir para abafar elementos de autoritarismo presente. O rito integra os indivíduos reforçando um caráter de unidade que sufoca as inquietações presentes. Nesse cenário, uma regra disciplinadora exerce ali seu papel dominante ditando as condutas individuais expressas como parte da identidade social, visando a abalar as subjetividades e moldá-las de acordo com os anseios da sociedade. Assim, ritos e símbolos assumem uma função contestadora da ordem permanentemente imposta de cima para baixo, expressando comportamentos divergentes sobre a orientação da sociedade. A identificação de ingressos nos presídios como presos políticos propiciava a construção do “coletivo”, uma organização de presos políticos que adotou condutas de administração dos bens materiais disponíveis socializando-os entre todos os seus membros, reivindicações e ações para a melhoria da condição carcerária e ações de cunho político, inclusive protestando contra violações aos direitos humanos praticadas contra presos comuns – como as denúncias dos presos políticos do Presídio Tiradentes (SP) sobre as ações do Esquadrão da Morte. No filme relatado anteriormente, baseado na experiência dos presos de Ilha Grande, à medida que o preso Jorginho iniciava o convívio com o grupo político, passava a se interar dos códigos desse grupo e participava da rede de proteção assumida por eles contra as arbitrariedades da prisão.

Divergências

São vários os fatores que intercambiados formam as identidades, pessoal, individual, e a social ou coletiva. Podemos considerar que “o conceito de identidade pessoal e social possui um conteúdo marcadamente reflexivo ou comunicativo, posto que supõe relações sociais tanto quanto um código de categorias destinado a orientar o desenvolvimento dessas relações”.⁴³ Dessa forma entram em confronto a identidade pessoal e a identidade social, através das quais são formalizados os mecanismos de identificação em variadas situações da realidade. Isso porque, mesmo que a identidade social seja construída a partir do grupo, ela não descarta a identidade do indivíduo, “esta também de algum modo é um reflexo daquela”.⁴⁴ Isso implica em pontuar que a identidade do grupo por nós estudado não foi somente forjada pela origem dos membros que compõe o nosso objeto, mas também agregava valores advindos de relações plurais devido ao contato com outras camadas sociais e diferentes percepções da realidade,⁴⁵ que se refletiram na prisão, sobre questões políticas.

Os presos políticos se identificavam com o grupo, acatavam a rede de proteção assumida entre eles, mas a rotina no cárcere suscitava a manifestação de valores individuais que nem sempre eram possíveis de serem partilhados coletivamente. Os encarcerados por motivos políticos passaram a se comportar segundo diferentes perspectivas no cárcere. Enquanto parte do grupo de preso político insistiu em continuar a luta no interior do cárcere, outros tiveram opções diferentes. Alguns entre os presos políticos se desesperavam com a possibilidade de passar anos na prisão, outros, debilitados pelas torturas sofridas, preferiam se resguardar. Até mesmo, estiveram diante de posicionamentos políticos com os quais não concordavam nem ao menos antes de serem presos, ou reviram suas concepções anteriores. No ambiente sufocante de um presídio, sem grandes possibilidades de deslocamento, passaram a se contrapor opções de vida individuais com as propostas de se visar sempre ao coletivo.

Todas essas posturas naturais seriam melhores resolvidas fora de um ambiente extremamente marcado pela disciplina. Esta se manifestava em primeiro lugar quanto ao cerceamento promovido pela administração carcerária a serviço do Exército. Mas também na mobilização do coletivo de presos políticos e na sobrevivência de organizações políticas de

⁴³ OLIVEIRA, R. C. op. cit., p. 05

⁴⁴ Idem. Ibidem.

⁴⁵ BERNSTEIN, S. op. cit., p. 357.

esquerda no interior do cárcere. Havia, principalmente, o confronto de posições políticas, visto que os presos políticos eram oriundos de diferentes organizações e até mesmo de concepções variadas quanto ao tipo de resistência ao regime. Portanto, diante deste quadro, tornava-se difícil a convivência de determinados indivíduos no grupo que, mesmo se considerando presos políticos, mantiveram-se afastados do coletivo de presos políticos em várias instituições, quanto à realização de ações de contestação junto à administração carcerária e de oposição explícita à Ditadura Militar.

Por outro lado, o grupo de presos políticos organizado no coletivo assumia determinadas atitudes diante da repressão e quanto às condutas do grupo como forma de distinguir a sua situação de presos naquelas instituições, ou seja, pessoas detidas consideradas culpadas por crimes políticos. Dessa forma, carregavam para dentro dos centros penais os hábitos disciplinares adquiridos no período anterior ao da prisão quando formaram suas identidades de militantes políticos. No cárcere, o grupo assumia regras que reproduziam a conduta militante esperada fora das grades, entre os revolucionários. Os presos do Instituto Penal Cândido Mendes possuíam regras proibindo fumar maconha, fazer sexo na prisão, roubar uns aos outros. “Além de facilitar suas vidas naquela situação de encarceramento, (as regras) também serviam para mantê-los com uma identidade diferenciada, de militantes políticos”.⁴⁶ Como vemos, essas regras não somente possuíam um caráter de distinção, mas também visavam a facilitar o convívio forçado entre os encarcerados: “Era a maneira que tínhamos, quatro ou cinco pessoas num cubículo, convivendo 24 horas por dia, de nos organizar”, declarou um preso político.⁴⁷ Alguns depoentes chegaram a apontar a sua preferência pela Penitenciária de Linhares, onde as celas eram individualizadas, por permitirem manter a individualidade de cada um em certos momentos do dia. Enquanto outros afirmaram detestar essa separação por impedir o convívio do grupo em todos os momentos.

O fato é que essa convivência forçada no cárcere traria lembranças difíceis quanto aos próprios companheiros entre os presos políticos. Em entrevista para a divulgação do filme *Quase Dois Irmãos*, a diretora Lúcia Murat, ela mesma uma ex-presa política, falou da dificuldade de convivência entre as pessoas, “mesmo na cadeia”.⁴⁸ Roberto Romano referiu-se

⁴⁶ COSTA, Manuela C. C da. O início da Falange Vermelha. IN: *Anais do IV Fórum de Investigação Qualitativa e III Painel Brasileiro-Alemão de Pesquisa*. Juiz de Fora, MG: Edições Femme, 2005, p. 08.

⁴⁷ Depoimento de Jaime de Almeida, 22 de julho de 2005.

⁴⁸ <www.quasedoisirmaos.com.br/port.html>. Acesso em 06 de junho de 2005.

à relação dos grupos e da esquerda da época como “cabresto ideológico”.⁴⁹ Outros presos políticos relembram os debates em torno de ações políticas, como greves de fome e protestos, sobre as quais nem todos concordavam, o que gerou grandes embates entre o grupo na cadeia.⁵⁰ Dentre todos os casos um é exemplar, pois um dos presos políticos da Penitenciária de Linhares havia se afastado de sua organização após um racha quando houve a opção pela luta armada, que não era a sua, embora tivesse apoiado a proposta nos anos anteriores a 1964. No entanto, durante o regime militar, este militante defendia a luta pela legalidade, divergindo da proposta de revolução socialista de seus antigos companheiros de partido. Ao ser preso, porém, voltou a conviver com essa polêmica na Penitenciária de Linhares, e as determinações que essas concepções impunham ao grupo. Certa vez foi vítima de um castigo coletivo, prática comum no presídio, contra o protesto individual de um preso, atitude com a qual não concordava.

Essas experiências, que se tornaram opressoras para alguns, têm sido relatadas recentemente como parte dos momentos de sofrimento dentro da prisão, quando passado o período de torturas. Mas apesar desses conflitos internos ao grupo de presos políticos, a união e a solidariedade do coletivo, em contraposição aos abusos da repressão política, figura de forma patente nas memórias. Longe de expressarem uma falta de coerência intrínseca ao grupo de presos políticos, em nossa opinião, essas divergências apontam para a contradição inerente aos seres humanos. Segundo Giovanni Levi, esse elemento tem que ser levado em consideração, ao estudarmos o comportamento humano. Embora fosse esse o desejo do militante de esquerda, não é possível aos seres-humanos seguirem uma conduta linear, de acordo com os seus princípios racionalmente elaborados, durante todo o tempo. Ao estudarmos portanto comportamentos sociais e políticos, é importante considerarmos a existência desses “elementos contraditórios que constituem a identidade de um indivíduo e das diferentes representações que dele se possa ter conforme os pontos de vista e as épocas”, conforme Giovanni Levi.⁵¹

As representações dessas dimensões da identidade do preso político foram sendo reconstruídas ao longo das últimas décadas, baseadas nos debates realizados na construção da

⁴⁹ ROMANO, Roberto. Frei Tito, D. Lucas e alguns paradoxos. IN: FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías; PONCE, J. A. de Granville (Orgs.). *Tiradentes, um Presídio da Ditadura: Memórias de Presos Políticos*. São Paulo: Scipione Cultural, 1997, p. 259.

⁵⁰ Sobre este assunto específico ver o subcapítulo 3.3 de: RIBEIRO, Flávia Maria Franchini. *A subida do monte purgatório: estudo da experiência dos presos políticos da Penitenciária Regional de Linhares (1969 – 1972)*. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2007. (Dissertação de Mestrado).

⁵¹ LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. IN: Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (Coord.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p.171.

memorialística do período. Esse trabalho ainda não se encerrou pois permanecem os embates entre os presos políticos, tidos como um grupo homogêneo, em oposição aos militares – cuja punição por crimes de Estado foi silenciada com o processo de Anistia -, mas também as querelas no interior do próprio grupo de presos políticos sobre as suas condutas num passado marcado pelo ressentimento. No entanto, todas as vítimas da Ditadura Militar enviadas ao cárcere por motivos políticos, conscientes desse fato, não negam o papel que o Estado lhes imputou enquanto subversivos da ordem institucional, quando se tornaram presos políticos. Em breves palavras finais, cabe esclarecer, segundo Serge Bernstein, que não há cultura política homogênea e estática, mas sim o resultado de culturas políticas mescladas que se forjam em um grupo de acordo com os valores comuns partilhados.⁵² Daí a complexidade humana, em certos momentos, conflituosa e contraditória, ao assumir comportamentos que não estão de acordo com os seus valores.⁵³ O “(...) indivíduo constrói a imagem que tem de si próprio a partir do mesmo material do qual as outras pessoas já construíram a sua identificação pessoal e social, mas ele tem uma considerável liberdade em relação àquilo que elabora”.⁵⁴

Bibliografia

- AMORIM, Carlos. *Comando Vermelho - a história secreta do crime organizado*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1993.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil Nunca Mais*. Petrópolis: Ed. Vozes, s/d.
- BERNSTEIN, Serge. A Cultura Política. IN: RIOUX, J. P. e SIRINELLI, J. F. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1988.
- BICUDO, Hélio. *Segurança Nacional ou Submissão*. Petrópolis: Paz e Terra, 1984.
- CASTRO, Hebe. História Social. IN: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, pp. 45-59.
- COSTA, Manuela C. C da. O início da Falange Vermelha. IN: *Anais do IV Fórum de Investigação Qualitativa e III Painel Brasileiro-Alemão de Pesquisa*. Juiz de Fora, MG: Edições Femme, 2005.

⁵² BERNSTEIN, S. op. cit., p. 357.

⁵³ LEVI, G. op. cit., p. 180.

⁵⁴ GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1988, p. 117.

- D'ARAÚJO, Maria Celina. *Justiça Militar, segurança social e tribunais de exceção*. Caxambu: XXX Encontro Anual da ANPOCS, 2006. (Grupo de Trabalho 08 – Forças Armadas, Estado e sociedade).
- FREI BETTO. *Cartas da Prisão*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1978.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1988.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.
- FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías; PONCE, J. A. de Granville (Orgs.). *Tiradentes, um Presídio da Ditadura: Memórias de Presos Políticos*. São Paulo: Scipione Cultural, 1997.
- LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. IN: Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (Coord.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- OLIVEIRA, Roberto C. *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo: Pioneira, 1976.
- PAULA, Hilda Rezende e CAMPOS, Nilo de Araújo (Orgs.). *Clodesmidt Riani: Trajetória*. Juiz de Fora: Funalfa Edições e Editora UFJF, 2005.
- RAJAGLOPAN, K. A construção de identidades e a política de representação. IN: FERREIRA, Lúcia M. A. e ORRICO, Evelyn G. D. *Linguagem, Identidade e Memória Social*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- RÉMOND, René. “Uma História Presente”. IN: RÉMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996. pp. 13-36.
- RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora Unesp, 1993.
- _____. *Em busca do povo brasileiro: artistas da Revolução, do CPC à era da tv*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2000.
- RIVIÈRE, Claude. *As liturgias políticas*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1989.
- SÁ, Geraldo Ribeiro de. *O prisioneiro: um processo de qualificação e requalificação*. São Paulo: PUC, 1990. (Tese de Doutorado).
- SOTO, Maria Cristina Martinez. “Crime Político, Crime Comum: leituras cruzadas”. IN: *Seminários: Crime, criminalidade e repressão no Brasil República*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, novembro de 2002, n. 1.
- VIANA, Gilney Amorim. *Glória: Mãe de Preso Político*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.